



Em resposta às mudanças recentes na condução da política econômica, o desempenho do mercado de trabalho brasileiro tem melhorado nos últimos meses: o nível de emprego formal e a renda real média do trabalho estão de novo aumentando, o crescimento da produtividade se reacelerou e as taxas de desemprego baixaram na maioria das regiões metropolitanas - inclusive e sobretudo em São Paulo, onde a situação tinha se deteriorado rapidamente entre fins de 1995 e o início de 1996.

Ainda é cedo, contudo, para se comemorar. Comparando-se os dados do Ministério do Trabalho com os da PME/IBGE, percebe-se que o emprego com carteira assinada só tem se expandido fora das áreas metropolitanas - e especialmente na agropecuária. No Brasil metropolitano, as taxas de desemprego estão caindo graças à capacidade dos segmentos informais de absorverem parcelas crescentes dos contingentes de trabalhadores expulsos do emprego formal. Esta diminuição das taxas, por outro lado, não

significa necessariamente uma menor gravidade do fenômeno: de fato, tem aumentado o peso dos desempregados há mais de 6 meses, e sobretudo dos homens, chefes de família, com idade avançada e baixa escolaridade. Se o seguro-desemprego continua sendo um sistema eficiente para minimizar os custos pecuniários dos que são desligados de seus postos de trabalho formais, o sistema público de intermediação de mão de obra mantém sua tradicional ineficácia em atender as necessidades das empresas e dos trabalhadores, sobretudo naquelas Unidades da Federação que são mais atingidas pelos impactos das reformas estruturais e da política de estabilização em curso. Embora a renda real média esteja aumentando, por fim, os trabalhadores capazes de manter seus postos de trabalho formais têm se apropriado de uma parcela ínfima dos ganhos de produtividade que vêm se registrando, o que espelha seu baixo poder de barganha no momento. Se o número de greve está aumentando, de fato, o de grevistas está diminuindo.